

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 140/2024

SETOR DEMANDANTE:
DIRETORIA DE HABILITAÇÃO E VEÍCULOS

CONTATO (telefone e e-mail):
Alessandro Alencar de Andrade
(65) 3615-4700
dhv@detran.mt.gov.br

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (Art. 42, I, D1525/22) DO OBJETO

1.1. Contratação da Empresa Pública MTI – Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação para a prestação de serviços de sustentação evolutiva, corretiva e legal do sistema Detran Net, do sistema de Prova teórica e da solução do Laudo de Prova Prática, para o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso.

1.1.1. Sustentação tecnológica, evolutiva-legal e corretiva:

1.1.1.1. Tecnológica: Manutenção/atualização da tecnologia utilizada na solução para a sua continuidade operacional no que se refere a sua navegabilidade e desempenho. Neste caso referente a versão de banco de dados e sistema operacional;

1.1.1.2. Evolutiva-Legal: Realizar evoluções originadas nas modificações/adequações na legislação pertinentes ao Detran Net, como adequação às normas nacionais definidas no Código de Trânsito Brasileiro, portarias e resoluções do CENATRAN, e outras definições legais do Detran inerentes ao assunto de trânsito. Incluídas também Integrações entre soluções por meio de serviços desenvolvidos dentro de padrões de segurança que tragam segurança as informações transitadas;

1.1.1.3. Corretiva: Intervenção no sistema visando a correção de erros ou falhas provocadas pela implementação incorreta de funcionalidades previamente definidas, construção de rotinas para correção de imperfeições no sistema, quer seja da implementação das regras de negócio ou de correção de dados no banco de dados do sistema.

DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

1.2. Prestação de Serviços Continuado de Tecnologia da Informação e Comunicação em serviços de sustentação evolutiva, corretiva e legal do sistema Detran Net, do sistema de Prova teórica e da solução do Laudo de Prova Prática, para o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso;

DOS QUANTITATIVOS

1.3. Quanto a justificativa dos serviços prestados e seus respectivos quantitativos, justifica-se os quantitativos informados em virtude da pesquisa na atual base de dados do DETRAN-MT.

1.4. Os quantitativos encontram-se demonstrados no tópico 9, e foi considerado o quantitativo atual da BASE de dados do DETRAN-MT e para esta contratação o quantitativo será fixo. Não será atualizado o quantitativo na BASE de dados para fins de pagamento no decorrer do contrato.



DO PRAZO DO CONTRATO

- 1.5. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato;
 - 1.5.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, enquanto houver necessidade pública, por consenso entre as partes e mediante Termo Aditivo;
- 1.6. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço/fornecimento expedida pelo fiscal da contratação;
 - 1.6.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado dentro da vigência contratual;
- 1.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo;
- 1.8. Os contratos firmados com vigência inicial superior a um exercício deverão prever reavaliação da vantajosidade econômica do contrato, por meio de pesquisa de preços na forma do Decreto Estadual nº 1.525/2022, em prazo não superior à metade do período inicial de vigência, observado o estabelecido no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (Art. 42, II, D1525/22)

DA FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 2.1. Dentre os motivos que justificam e comprovam a vantajosidade de se optar pela contratação da MTI para a prestação do serviço ao DETRAN-MT, relacionamos:
 - 2.1.1. **Continuidade do Negócio:** A MTI por ser órgão da administração pública estadual e responsável tecnológico da solução, garante a continuidade de prestação do serviço e consequentemente do negócio do DETRAN-MT, diferentemente do que pode ocorrer se dependente de empresa privada. Uma possível interrupção nessa relação poderia trazer um enorme risco de descontinuidade dos serviços para o DETRAN-MT;
 - 2.1.2. **Conhecimento do Negócio:** A MTI sempre operou e suportou o DETRAN-MT, desde a antiga versão Grande Porte no Mainframe IBM, acompanhou a implantação do DETRAN-NET e absorveu a sustentação e evolução do Detran Net. Assim, a MTI possui mais de 20 anos de expertise em gerir, sustentar, evoluir e suportar a infraestrutura dos sistemas do DETRAN-MT, sendo que o conhecimento e expertise dos técnicos os tornam diferenciados no mercado e melhores para desempenhar o papel de analistas de negócio do Detran Net. Este conhecimento faz com que o alinhamento entre a área de negócio do DETRAN-MT e a MTI ocorra com grande sinergia;
 - 2.1.3. **Implantação de Nova Solução:** A implantação de uma nova solução para o DETRAN-MT não acontece em menos de dois anos, desta forma substituir o Detran Net atual traria um custo enorme de tempo e recursos. Não existe no Brasil um sistema para DETRAN-MT que seja tão melhor, pois o núcleo desse sistema funciona hoje em seis estados da federação. Assim, é mais lógico e econômico manter o Detran Net atual e evoluir para as necessidades que o DETRAN identificar;



2.1.4. **Vantajosidade financeira:** É de extrema importância a comprovação da vantajosidade financeira demonstrada na Proposta de Serviço enviada pela MTI, onde comprova que para o DETRAN-MT a melhor opção é continuar a contratar os serviços da MTI. Considerando o Apostilamento de reajuste ao contrato Nº 012/2020/DETRAN-MT, celebrado entre a MTI e o DETRAN-MTI, cujo o valor de R\$ 4.279.635,48 (quatro milhões duzentos e setenta e nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Nesta nova proposta a solução é englobada e medida com relação ao negócio gerenciado (veículos, condutores, infrações), e foi estimado em R\$ 4.170.747,42 (quatro milhões, cento e setenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos);

2.1.5. **Prazo de entrega da solução:** A MTI, apresentando vantajosidade de sua contratação, consegue entregar a solução com maior agilidade devido sua natureza jurídica e sua função institucional de atender aos órgãos da administração pública, por meio de dispensa de licitação, o que pode melhor atender a criticidade do negócio do DETRAN que requer continuidade e agilidade de implantação e sustentação.

2.2. A proposta de prestação de serviço da MTI, está estruturada no formato de prestação de serviço de forma contínua com o objetivo de proporcionar a disponibilização da solução DETRAN-NET de forma atualizada, com agilidade e com alto desempenho. A solução DETRAN-NET não se caracteriza apenas pelo software, que isoladamente não permite o pleno funcionamento ao DETRAN-MT. A proposta apresentada pela MTI contempla:

2.2.1. **Sustentação do sistema Gestão de Trânsito:** Realizar a sustentação do Sistema Gestão de Trânsito com a solução de ocorrências e incidentes e adequação tecnológica mantendo a sua contínua disponibilidade.

2.2.2. **Evolução - Legislação do assunto Trânsito/DETRAN:** Realizar evoluções originadas nas modificações/adequações na legislação pertinentes ao assunto Trânsito/DETRAN.

2.2.3. **Evolução – Novas funcionalidade:** Realizar o desenvolvimento de novas funcionalidades ao sistema Gestão de Trânsito, de acordo com as definições e prioridades identificadas pelo DETRAN-MTI e a MTI.

2.2.4. **Atualização tecnológica:** Manutenção/atualização da tecnologia utilizada na solução Gestão de Trânsito para a sua continuidade operacional no que se refere a sua navegabilidade e desempenho.

2.2.5. **Integrações:** Disponibilização de acesso via webservices à diversas funcionalidades / serviços do sistema Gestão de Trânsito tanto para o público em geral de forma aberta como para gestores/usuários especializados de forma restrita por meio de controle de acesso.

2.2.6. **Gestão de Chamados:** Realizar a gestão dos chamados por meio da central de atendimento da MTI, avaliando a possibilidade de solução no atendimento do 1º nível (acessos) e 2º nível (negócio) e em 3º nível (desenvolvimento - intervenções no código) recebidos pela central de atendimento da MTI.

2.3. Considerando as constantes evoluções tecnológicas em sistemas da informação;

2.4. Considerando que o Sistema DETRANET, foi implantado em 2010 e foram realizados apenas manutenções corretivas visando correções de erros e/ou falhas e modificações/adequações as normas nacionais definidas no Código de Trânsito Brasileiro, portarias do DENATRAN, resoluções do CONTRAN e



outras definições legais do DETRAN-MT;

2.5. Faz-se necessário a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ações de implementação, modernização e expansão dos recursos tecnológicos para a execução das atividades do DETRAN-MT;

2.6. A implementação dos recursos tecnológicos representa uma celeridade na execução do serviço de prestados pelo DETRAN-MT. Visando maior agilidade no atendimento ao cidadão;

2.7. Considerando que deste a implantação do Sistema DETRANNET, a MTI que possui o conhecimento das rotinas e regras de negócio do Sistema, justifica-se esta contratação visando à prestação de serviços da administração da infraestrutura, customização, migração de dados, sustentação evolutiva, corretiva e legal do sistema DETRANNET.

DO PROCEDIMENTO

2.8. O processo será conduzido por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, e as suas atualizações; e do Decreto Estadual nº 1.525/2022, considerando que a Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação – MTI é Órgão integrante da Administração Pública.

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA ANÁLISE DE RISCO

2.9. ETP Nº 05/2024 - Contratação MTI – SUSTENTAÇÃO DO DETRANNET E PROVA TEORICA e ANALISE DE RISCO Nº 08/2024 - Contratação MTI – INFRA TI, DETRANNET E PROVA TEORICA;

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.10. Considerando que este processo visa a substituição do contrato nº12/2020, celebrado com a Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação, portanto tais serviços já se encontram previstos no plano de contratação anual.

DA VERIFICAÇÃO DE ATAS NO SITE DA SEPLAG

2.11. Em consulta ao *site* da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, não encontramos ata referente ao objeto a ser contratado.

DA VERIFICAÇÃO DE BENS DE LUXO

2.12. O contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 1.525/2022;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 42, III, D1525/22)

3.1. Aquisição dos serviços de tecnologia da informação e Comunicação em infraestrutura para a hospedagem de aplicações da coordenadoria de tecnologia da informação, conforme as especificações do tópico 9.1.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 42, IV, D1525/22)

4.1. A contratação solução deverá ser composta pelos requisitos técnicos a seguir:

4.1.1. Detalhamento do serviço de disponibilização de plataforma para gestão de trânsito denominada DETRANNET:



Conjunto de atividades que integram processos, métodos e ferramentas utilizados para manutenção de aplicativos transacionais de negócio e seus artefatos associados (documentos de gestão do projeto, documento de definição do escopo, especificação de requisitos, regras de negócio, código fonte, etc.).

4.1.1.1. Contemplado

Consiste em manutenção preventiva / corretiva de solução de aplicativo transacional de negócio existente.

Aplicativo transacional de negócio caracteriza solução computacional que disponibiliza automação, total ou parcial, de processos de negócio de uma determinada organização. Esta aplicação permite a organização ampliar controle e gestão de seus processos de negócio, provendo ambiente de maximização de eficiência organizacional.

A composição integrada para manutenção e disponibilização da solução é caracterizada na forma abaixo:

- Equipe técnica – funcional e não funcional;
- Processo de desenvolvimento de software e seus artefatos e tecnologias participantes;
- Infraestrutura de software e hardware para o desenvolvimento;
- Ferramentas de apoio ao desenvolvimento;
- Ambientes específicos de desenvolvimento, testes, homologação e Produção;

4.1.1.2. Excluído

- Consultoria para reestruturação e/ou mapeamento de processos;
- Mudanças na estrutura organizacional e funcional do cliente;
- Mudanças ou ajustes na legislação para que o sistema entre em operação;
- Contratação e instalação de infraestrutura tecnologia no cliente para operação do sistema;
- Contratação de recursos humanos para o cliente operar o sistema;
- Digitação de dados e informações.

4.1.1.3. Serviço Final

Aplicativo transacional de negócio mantido e disponibilizado.

4.1.1.4. Acordo de Nível de Serviço

Os Cronogramas de execução serão elaborados em conjunto entre o DETRAN e a MTI para a gestão das demandas solicitadas a MTI. Nos casos de atividades de sustentação corretiva os acordos serão estabelecidos em contrato sendo especificado prazos para o início de atendimento. Com relação ao ambiente de hospedagem os acordos de nível de serviços para servidor virtual, área de armazenamento e backup são os estabelecidos no catálogo de serviços da MTI publicado no site institucional da MTI.

4.1.2. Detalhamento do serviço DETRANNET

Será feita uma atualização tecnológica da versão atual do DETRANNET e os seguintes sistemas:

- Registro de veículos, devidamente integrado ao RENAVAM e SNG;



- Registro de habilitação, devidamente integrado ao RENACH e gráfica;
- Registro de infrações, devidamente integrado ao RENAINF;
- Integração com o sistema de IPVA da SEFAZ/MT através de Webservices;
- Integração com o sistema de DAR único (SEFAZ/MT);
- Fiscalização integrada aos convênios municipais de municipalização de trânsito e ao RENAINF;
- Integração via WS para serviços integrados com os parceiros do DETRAN-MT.

Sustentação do sistema DETRANNET: realizar a sustentação do sistema com a solução de ocorrências e incidentes e adequação tecnológica mantendo a sua contínua disponibilidade.

Evolução - Legislação: realizar evoluções originadas nas modificações/adequações na legislação pertinentes ao DETRANNET, tais como: adequação às normas nacionais definidas no Código de Trânsito Brasileiro, portarias do Denatran, resoluções do Contran, e outras definições legais do DETRAN-MT, bem como do Sistema Nacional de Gravames (SNG).

Manutenção corretiva - Intervenção no sistema visando a correção de erros ou falhas provocadas pela implementação incorreta de funcionalidades previamente definidas, construção de rotinas para correção de imperfeições no sistema, quer seja da implementação das regras de negócio ou de correção de dados no banco de dados do sistema.

Atualização tecnológica: Manutenção/atualização da tecnologia utilizada na solução para a sua continuidade operacional no que se refere a sua navegabilidade e desempenho. Neste caso referente ao front end da aplicação e versão de banco de dados.

Integrações: Disponibilização de acesso via Webservices à diversas funcionalidades/serviços do sistema tanto para o público em geral de forma aberta como para gestores/usuários especializados de forma restrita por meio de controle de acesso.

Gestão de Chamados: Realizar a gestão dos chamados por meio da central de atendimento da MTI – SAC, para registro e acompanhamento das solicitações ou através da ferramenta Redmine disponibilizada para registro e acompanhamento das demandas.

Evolução – Novas funcionalidades: Não estão contempladas no escopo dessa proposta. Serão tratadas caso a caso. Para cada demanda será feita uma estimativa de esforços e outros custos e será feita uma proposta específica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (Art. 42, V, D1525/22)

5.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada em **entrega contínua**, com o prazo de acordo com a vigência do contrato e indicado na ordem de serviço expedida pelo fiscal da contratação.

5.2. Deverá ser constituído relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

5.2.1. O relatório deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas em até 30

Página 6 de 25



(trinta) dias após a extinção do contrato;

5.3. A extinção desta contratação poderá se dar nos termos do art. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.3.1. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório;

5.4. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

5.5. O termo de rescisão deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (Art. 42, VI, D1525/22)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. As atividades de fiscalização da execução das contratações compreendem um conjunto de ações que objetivam:

6.2.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela Administração para os objetos contratados;

6.2.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas se for o caso;

6.2.3. Prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e

6.2.4. Encaminhar ao gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto do contrato

6.3. Entre as atribuições, compete ao fiscal de contrato e seu substituto:

6.3.1. Acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;

6.3.2. Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.3.3. Solicitar ao Contratado os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;

6.3.4. Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;

6.3.5. Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos objetos referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;

6.3.6. Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização;



- 6.4. A aferição do cumprimento da entrega dos objetos contratados deverá ser feita por meio de nota técnica elaborada pelo fiscal do contrato, que ateste a execução dos serviços ou entrega dos bens no prazo previsto e em conformidade com a qualidade e as especificações pactuadas;
- 6.5. Caso fique demonstrada irregularidade nos documentos de habilitação, na execução ou entrega dos bens e serviços contratados, o fiscal do contrato deverá notificar o contratado para regularização;
- 6.5.1. A manutenção da irregularidade, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, ensejará abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual - PAIC, que poderá resultar em rescisão contratual;
- 6.6. Nos contratos em que houver a exigência de garantia contratual, somente depois que esta for prestada o gestor poderá emitir a ordem de fornecimento ou a ordem de serviço, salvo justificativa expressa juntada ao processo do respectivo contrato;
- 6.7. A fiscalização/gestão será exercida por servidores designados por Portaria pelo CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como do Decreto Estadual nº 1.525/2022;
- 6.8. A atuação do fiscal deverá contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais;
- 6.9. Demais obrigações vide a Portaria nº 193/2024/GP/DETRAN/MT ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 42, VII, D1525/22)

- 7.1. O objeto será medido de **forma parcelada** conforme ordens de serviço emitidas pelo fiscal da contratação;
- 7.2. Para fins de pagamento, a tabela de quantitativos e valores, estabelecidos no tópico **9.1**, deverá ser considerado quantitativos e valores **FIXO**. Não será atualizado o quantitativo na BASE de dados para fins de pagamento no decorrer do contrato.
- 7.3. O pagamento será realizado a partir do atesto pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA e estabelecido no tópico **13**;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO (Art. 42, VIII, D1525/22)

- 8.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021):
- 8.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 8.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 8.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 8.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 8.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;



8.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.2. Primeiramente, é importante citar que a MTI é uma empresa pública, criada em 1973 e tem como atual missão ser uma "*Empresa pública provedora de inteligência, serviços e soluções tecnológicas eficientes e integradoras, contribuindo para a transformação da Administração Pública e melhoria de vida do cidadão*", ou seja, criada com o fim específico para prover soluções de TI para os órgãos da administração pública, DETRAN-MT incluso. Em específico sobre o seu Estatuto, é importante citar:

"Art. 5º A Empresa Matogrossense de Tecnologia da Informação - MTI tem por objetivos:

I. prestar serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC;

II. prestar serviços de elaboração de projetos, assessoria, consultoria, suporte, monitoramento, gerenciamento e treinamento na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;

III. prestar serviços de desenvolvimento, integração, implementação, manutenção e sustentação de sistemas de informação e aplicativo;

IV. prestar serviços de processamento e tratamentos de dados, promover a integração entre sistemas de informação e bases de dados por meio de soluções de interoperabilidade;

V. desenvolver atividades de inovação e pesquisa tecnológica, disseminação de novas tecnologias de produtos e serviços relacionados à Tecnologia de Informação e Comunicação.

§ 1º A Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação - MTI poderá prestar seus serviços aos órgãos públicos da esfera Federal, Estadual, Municipal e iniciativa privada.

...

§ 3º Para a consecução de seus fins a Empresa poderá celebrar contratos, acordos, convênios ou outros instrumentos afins com quaisquer entidades da Administração Pública, esferas de governo federal, estadual e municipal e com a iniciativa privada

8.3. Estatuto da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação - MTI. Decreto nº 44/2019.

8.4. A MTI realiza a prestação de diversos serviços de tecnologia da informação e comunicação para os órgãos do poder executivo através de estrutura centralizada, conforme detalhamento. O objetivo da centralização é a melhor aplicação do gasto público, com o ganho em escala e otimização de utilização de recursos de processamento, armazenamento e comunicação.

8.5. Há muito mais economicidade e poder de negociação junto aos fornecedores em contratações maiores, unindo as demandas das Secretarias.

8.6. Além disso, o corpo técnico da MTI agrega também uma camada de gestão e segurança nos serviços prestados, permitindo às áreas de tecnologia das Secretarias possam dedicar-se às necessidades de TI específicas e finalísticas.

8.7. Até o ano de 2020, a contratação da MTI era realizada de forma centralizada pelo Governo, geralmente através da SEPLAG/SEFAZ sendo geradas as faturas para todas as demais Secretarias de Estado.

8.8. Em 2020, foi estabelecida a Resolução 002/2020 do Conselho Superior do Sistema Estadual de Tecnologia da Informação, que dispõe sobre alterações na sistemática de contratação de serviços de tecnologia da informação constantes no contrato de gestão firmado com a Empresa Mato-grossense de



Tecnologia da Informação-MTI e que tem como partícipes os Órgãos e Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual, conforme art. 2º, nos seguintes termos:

"Art.2º Determinar que as contratações das prestações de serviços de TI sejam pactuadas entre os órgãos e entidades e a MTI, através de contratos individualizados a partir do ano de 2021."

8.9. Assim, através do DESPACHO SIGA Nº SEPLAG-DES-2020/00019, que cada Secretaria realizasse os procedimentos para a celebração de contratos diretamente entre os órgãos do Executivo Estadual com a MTI, sob pena de aplicação de regime cautelar mediante bloqueio do sistema corporativo do órgão/entidade.

8.10. Desta forma, com base no inciso IX do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, justifica-se que se mostra necessária a contratação da MTI para a prestação de serviços de tecnologia da informação

8.10.1. Com base no artigo 150, § 1º do decreto 1.525/2022 justifica-se a inviabilidade de consulta pública da contratação, por se tratar da prestação de serviços especializados de tecnologia da informação por uma empresa pública, a MTI, que oferece soluções tecnológicas essenciais e compatíveis com as necessidades específicas da administração pública estadual. Considerando que a MTI é submetida a rigorosos controles e auditorias, garantindo a segurança, confiabilidade e transparência dos serviços prestados. Isso é essencial para atender às exigências de qualidade e segurança da administração pública. Levando em conta que a MTI possui notória especialização e competência técnica comprovada na área de tecnologia da informação, o que justifica sua escolha para a prestação dos serviços requisitados. Além disso, a dispensa de licitação para a contratação da MTI promove a economicidade na aplicação dos recursos públicos, considerando que os preços praticados são compatíveis com os custos operacionais e que essas empresas não visam lucro, assegurando a prestação de serviços de alta qualidade, com segurança e economia para a Administração Pública.

8.11. Para fins de habilitação Jurídica o proponente deverá apresentar:

- 8.11.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;
- 8.11.2. Cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;
- 8.11.3. Procuração válida, se for o caso;
- 8.11.4. Na contratação de pessoa física não se aplica o disposto no item **8.8.1**.

8.12. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista o proponente deverá apresentar:

- 8.12.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 8.12.2. Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;



- 8.12.3. Certidão de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso e perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
- 8.12.4. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
- 8.12.5. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dispensada para pessoas físicas;
- 8.12.6. Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- 8.12.7. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 8.13. Como condição para a habilitação da contratação direta, deverá ser verificada a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a pesquisa realizada no:
- 8.13.1. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União - CGU;
- 8.13.2. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE;
- 8.13.3. Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;
- 8.13.4. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE/MT;
- 8.14. Apresentar também:
- 8.14.1. Declaração para todos os efeitos legais, que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;
- 8.14.2. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.14.3. Declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 8.14.4. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Estadual nas funções de gerência ou administração, conforme o art. 144, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do órgão ou entidade CONTRATANTE em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.14.5. Declaração que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE;
- 8.14.6. Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;



8.15. O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada;

8.15.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (Art. 42, IX, D1525/22)

9.1. Descrição técnica dos objetos oriundos desta demanda, bem como os quantitativos e valores estimados;

ITEM	CÓDIGO SIAG/TCE	UN.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE MÊS	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO MENSAL	VALOR MÉDIO ANUAL
01	1106100	UN	HABILITAÇÃO – CONDUTORES NA BASE - INATIVOS	168.792	R\$ 0,0038	R\$ 641.41	R\$ 7.696,80
02	1106101	UN	HABILITAÇÃO – CONDUTORES NA BASE - ATIVOS	1.565.307	R\$ 0,0374	R\$ 58.542,48	R\$ 702.509,76
03	1106102	UN	VEÍCULOS – VEÍCULOS NA BASE - INATIVOS	653.709	R\$ 0,0038	R\$ 2.484,09	R\$ 29.809,08
04	1106103	UN	VEÍCULOS – VEÍCULOS NA BASE - ATIVOS	2.678.647	R\$ 0,0788	R\$ 211.077,38	R\$ 2.532.928,56
05	1106104	UN	INFRAÇÕES - INFRAÇÕES NA BASE - SITUAÇÃO FINAL	12.635.200	R\$ 0,0038	R\$ 48.013,76	R\$ 576.165,12
06	1106105	UN	INFRAÇÕES - INFRAÇÕES NA BASE - SITUAÇÃO TEMPORÁRIA	2.393.200	R\$ 0,0112	R\$ 26.803,84	R\$ 321.646,08
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 4.170.755,40 (QUATRO MILHÕES, CENTO E SETENTA MIL, SETECENTOS E CIQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).							

9.2. Os valores estimados foram obtidos através da proposta comercial de serviços nº 061/2024, do dia 13/08/2024, emitida pela Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI).

9.3. Observação: Foi considerado o quantitativo atual da BASE de dados do DETRAN-MT, para esta contratação o quantitativo será fixo. Não será atualizado o quantitativo na BASE de dados para fins de pagamento no decorrer do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 42, X, D1525/22)

10.1. Dotação orçamentária abaixo destacada:

Programa:	036	Projeto/Atividade (Ação):	2009
Subação:	03	Etapa:	01
Natureza da Despesa:	3391.4000	Fonte:	15.010.000



11. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (Art. 42, XI, D1525/22)

11.1. Os serviços deverão ser prestados na Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação (MTI), endereço: Rua Des. Carlos Avalone, s/n - Palácio Paiaguás CEP 78049-903 - Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT;

11.2. Salvo quando houver disposição diversa em contrato, o recebimento se dará:

11.2.1. Em se tratando de obras e serviços, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento:

11.2.2. Provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;

11.2.3. Definitivamente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato;

DA ACEITAÇÃO/RECUSA

11.3. Critérios de aceitação ou recusa:

11.3.1. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal da contratação solicitando a dilação de prazo, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

11.3.2. Sendo consideradas insatisfatórias a prestação dos objetos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo a CONTRATADA sanar as situações verificadas;

11.3.3. Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então, para recebimento definitivo, será desconsiderado, iniciando-se nova contagem assim que sanadas as inconsistências;

11.3.4. Na hipótese de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o Fiscal responsável reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Autoridade Competente, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades;

11.4. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser entregue(s) ao fiscal do contrato;

12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (Art. 42, XII, D1525/22)

12.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução da contratação, conforme faculta o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. DO NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO:

12.2.1. Tabela do Acordo de Nível de Serviço (SLA) para a manutenção do sistema DETRANNET:

SERVIÇO	MÉTRICA	PRAZO PARA O REESTABELECIMENTO
Disponibilidade do serviço.	Tempo de disponibilidade no mês.	-
Restabelecimento do serviço em caso de indisponibilidade.	Prazo em horas após abertura de chamado.	06h
- Erro que não causa perda de serviço ou nas funcionalidades definidas.	Prazo em horas após abertura de chamado.	24h



- Aplicação possui um comportamento incorreto, porém com baixo impacto no funcionamento da operação como um todo.		
---	--	--

13. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO, BEM COMO O CRITÉRIO DE REAJUSTE (Art. 42, XIII, D1525/22)

13.1. O pagamento dos valores pactuados será realizado pela Diretoria de Administração Sistêmica do CONTRATANTE, a partir do atesto, pelo Fiscal do Contrato, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, obedecendo aos critérios da legislação vigente ou instrução normativa/portaria;

13.1.1. Estando com a documentação correta, o atesto do fiscal ou gestor deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos;

13.1.2. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 2 (dois) meses, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

13.1.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.1.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.1.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

13.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;

13.2.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

13.3. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da despesa;

13.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificação do local em que foi executado o objeto;

13.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor da CONTRATADA, enquanto existirem obrigações não cumpridas;

13.5.1. É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.6. O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o objeto foi executado em conformidade;



13.7. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

13.8. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

13.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

13.10. Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigirá-se do CONTRATADO, para pagamento, apenas a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;

13.10.1. A simplificação do procedimento de pagamento não exonera a Administração do dever de fiscalização contratual, inclusive quanto à manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA;

13.10.2. O documento exigido neste item poderá ser substituído pelo Certificado de Regularidade perante o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, desde que em plena validade;

13.10.3. Para pagamento dos contratos de prestação de serviços em geral deverá ser exigida ainda prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do CONTRATADO;

13.11. Os documentos constantes acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e, ainda, poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário à complementação do processo;

13.12. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

13.13. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos;

13.14. A não manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido ao CONTRATADO por serviços já prestados ou produtos já entregues e recebidos sem ressalvas pelo órgão ou entidade CONTRATANTE, com exceção dos contratos de terceirização de serviços, nos quais será admitida a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço;

13.14.1. Cabe ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual;

13.15. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

13.16. Caso seja pertinente ao objeto da contratação **poderá** ser submetida ao reajustamento de seus preços, tendo como data-base vinculada à data de assinatura do contrato;

DO REAJUSTE

13.17. Para reajuste, **poderá** ser concedido, a requerimento do contratado, e depois de transcorrido um ano da data-base vinculada à data do orçamento estimado ou, nos casos de contratações diretas, à data de assinatura do contrato, sendo acordado o índice IPCA-E, restando sua análise de competência do CONTRATANTE;

13.17.1. Reajuste é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação ordinária de preços através da aplicação de índice inflacionário geral ou setorial previamente definido em contrato, que ocorrerá nos contratos em que não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

13.17.2. Excepcionalmente, na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no subitem anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda;

13.18. O deferimento do reajuste acima descrito somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste;

13.19. O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato;

13.20. Nos reajustes subsequentes o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste será a data a que o reajuste anterior tiver se referido;

13.21. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual;

13.22. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados;

13.23. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;



DA REVISÃO/REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.24. Também durante a vigência da contratação, a CONTRATADA **poderá** solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira do contrato, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos;

13.24.1. Revisão é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação extraordinária de preços;

13.25. Cabe ao CONTRATADO fazer requerimento fundamentado que indique o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços;

13.26. Protocolado o pedido, caberá ao CONTRATANTE confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada;

13.27. Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo CONTRATANTE, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta;

13.28. Constatado pelo CONTRATANTE que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada, solicitará formalmente ao CONTRATADO a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

DA ANÁLISE CONTÁBIL E JURÍDICA DOS REAJUSTES/REVISÃO

13.29. Os pedidos de revisão ou reajuste dos preços contratados passarão por análise contábil e jurídica do CONTRATANTE, cabendo ao representante do órgão ou entidade CONTRATANTE a decisão sobre o pedido;

13.29.1. Após o pedido, o CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para resposta/conclusão do procedimento;

13.29.2. Prescindem de encaminhamento individualizado à Procuradoria Geral do Estado as alterações contratuais objeto de pareceres referenciais ou atos normativos, bem como o reajuste e repactuação apostilados conforme previsão contratual, salvo dúvida específica;

13.30. Deferido o pedido pela autoridade competente, a revisão será registrada por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento;

13.30.1. Poderá ser substituído a marca/modelo do produto objeto do contrato, a requerimento do CONTRATADO, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do CONTRATADO;

13.30.2. Caberá ao CONTRATADO demonstrar a equivalência entre os produtos, e ao CONTRATANTE a aceitação de maneira formal, após a manifestação do fiscal;

13.30.3. A substituição da marca/modelo, ainda que temporária, não constitui alteração do objeto contratual, mas deverá ser formalizada através de aditivo;



14. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE, INCLUSIVE COM A EVENTUAL PREVISÃO DA EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA PELO CONTRATADO, SE FOR O CASO (Art. 42, XIV, D1525/22)**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 14.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 14.2. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos objetos contratados, com ônus da substituição para a CONTRATADA;
- 14.3. Atestar a execução dos objetos e receber as faturas/notas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecidas;
- 14.4. Permitir, quando necessário, o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução do objeto;
- 14.5. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos objetos e o atendimento das exigências requeridas;
- 14.6. Exercer a Fiscalização e Gestão dos objetos prestados, por servidores previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer item que não esteja de acordo com as condições e exigências requeridas;
- 14.7. Efetuar o pagamento devido pela execução dos objetos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências;
- 14.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução dos objetos;
- 14.9. Observar, conforme o caso, o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.10. Prestar serviço conforme especificações contidas no Termo de Referência, bem como em acordo com a legislação aplicável;
- 14.11. Expedir os documentos fiscais em estrita conformidade com os serviços executados, efetuando as devidas glosas quando do descumprimento contratual;
- 14.12. Comunicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quando da necessidade de parada programadas;
- 14.13. Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;



- 14.14. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 14.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 14.16. Reportar à CONTRATANTE imediatamente quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços ou o bom andamento das atividades na mesma;
- 14.17. Gerenciar a execução dos serviços, com acompanhamento da qualidade e dos níveis de serviço alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo;
- 14.18. Informar ao fiscal responsável os telefones de contatos, endereço do estabelecimento e endereço de e-mail;
- 14.19. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 14.20. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 14.21. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
- 14.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 14.23. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN/MT, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado;
- 14.24. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao objeto contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;
- 14.25. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 14.26. Nas alterações unilaterais com base no inciso I do caput do art. 124 da Lei Geral de Licitações:
- 14.26.1. O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, excluída sempre desse cálculo a parcela de eventual reajustamento;
- 14.26.2. Não poderá resultar na transfiguração do objeto da contratação;
- 14.26.3. Deverá ser apresentado pela área solicitante fato ou motivo superveniente que justifique a necessidade de ampliação do objeto;
- 14.27. Se for o caso, instituir Programa de Integridade em conformidade a Lei Estadual nº 11.123/2020;

14.28. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, e quando for o caso, a Consolidação das Leis do Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

14.29. A Contratada tem consentimento tácito quanto a utilização pelo Detran/MT dos dados pessoais, inerentes à contratação, quanto a disponibilização dos mesmos nos sistemas, sites e demais meios de comunicação da Administração Pública, a fim de respeitar o princípio da ampla publicidade, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

14.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

14.31. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA não poderá subcontratar quaisquer partes desta contratação;

14.32. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos a contratação:

14.32.1. Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais;

14.32.2. Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.32.3. Fiscalizar sua execução;

14.32.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação;

14.33. É dever do CONTRATADO cumprir todas os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:

14.33.1. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;

14.33.2. Substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;

14.33.3. Manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações;

14.33.4. Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução;

14.33.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

15. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 42, XV, D1525/22)

15.1. O LICITANTE ou a CONTRATADA que incorra nas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa;

15.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.2. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;



15.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da Autoridade Máxima desta Autarquia;

15.3.1. É admitida a delegação da competência, ressalvados os casos de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.4. A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

15.4.1. Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de simples advertência;

15.5. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração;

15.6. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na tabela abaixo:

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	1%
2	2	2%
3	3	3%
4	4	4%
5	5	5%
6	6	6%

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fraudar qualquer documentação que deverá ser entregue à CONTRATADA para posterior pagamento da nota fiscal.	6	Por ocorrência
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
3	Recusar-se a executar determinações da FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
4	Informar alterações de telefone, endereço, conta bancária e e-mail.	2	Por ocorrência
5	Responder tempestivamente às indagações formuladas pela CONTRATADA.	3	Por ocorrência e por dia.
6	Apresentar informações atualizadas.	5	Por ocorrência.
7	Cumprir quaisquer itens não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência.
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Prestar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos.	4	Por ocorrência



11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato.	1	Por item e por ocorrência
12	Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na <u>Lei Federal nº 14.133/2021</u> e <u>Decreto Estadual nº 1.525/2022</u> .	3	Por item e por ocorrência

15.7. Quando a CONTRATADA alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente, em infrações previstas, restará configurado também a inexecução total do objeto;

15.8. A multa poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATADA decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual;

15.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.10. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

15.11. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos subitens **15.1.1**, **15.1.3** e **15.1.4**;

15.11.1. Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência;

15.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

15.12.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.12.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.12.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.12.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.12.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.13. As sanções previstas nos subitens anteriores impedirão o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

15.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

15.14.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.14.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.14.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.14.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



15.14.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

15.15. As sanções previstas nos subitens anteriores também se aplicam às hipóteses do item **15.12**, quando o caso concreto justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.16. As sanções estabelecidas no item **15.14** será precedida de análise jurídica e será aplicada, exclusivamente, pela Autoridade Máxima da Autarquia;

15.16.1. A sanção prevista no item **15.14**, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

15.17. Demais considerações e ritos concernentes à aplicação de sanções vide Decreto Estadual nº 1.525/2022;

16. DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

16.1. Para a execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. Na contratação, caso ocorra qualquer omissão nas cláusulas pactuadas neste ajuste, os impasses deverão ser dirimidos conforme o caso e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações, Decreto Estadual nº 522/2016 e do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e suas alterações, e demais normas aplicáveis e subsidiariamente as normas e Princípios Gerais dos Contratos;

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas;

18.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular;



18.4. Ficam as partes autorizadas, desde que consensual, a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias, com a possibilidade de prévia submissão do conflito à Câmara de Resolução de Conflitos Contratuais da Procuradoria do Estado;

18.5. As partes CONTRATANTES elegem o foro de Cuiabá/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

19. DA LEGISLAÇÃO

19.1. Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

19.2. Decreto Federal nº 11.871/2023 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

19.3. Decreto Estadual nº 1.525/2022 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso;

19.4. Lei Complementar Federal nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999;

19.5. Lei Estadual nº 10.442/2016 - Dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas destinadas às aquisições de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Estadual;

19.6. Lei Complementar Estadual nº 605/2018 - Institui no âmbito do Estado de Mato Grosso o Estatuto da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual e dá outras providências;

19.7. Decreto Estadual nº 522/2016 - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal nº 12.846/2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências;

19.8. Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual;

19.9. Demais normas aplicadas ao caso;

20. DOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

20.1. DOS FISCAIS E GESTORES DO CONTRATO

Nome Fiscal Titular: Dalson José da Silva Matrícula: 98343	Nome Fiscal Substituto: Ricardo da Costa Pereira Matrícula: 126686
Nome Gestor Titular: Alessandro Alencar de Andrade Matrícula: 225630	Nome Gestor Substituto: Marcello Ferreira de Carvalho Matrícula: 138508

20.2. DOS FISCAIS TÉCNICO DO CONTRATO

Nome Fiscal Titular: Elizandro Maffessoni Matrícula: 297320	Nome Fiscal Substituto: Veridiana Cristina Soares de Melo Matrícula: 124674
--	--



21. DATA DE FINALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Cuiabá-MT, 23 de agosto de 2024.

22. DO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA E PELO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente às despesas.

Responsável pela demanda: Alessandro Alencar de Andrade

Matrícula: 225630

Responsável pela ação (PTA: 2009): Danilo Vieira da Cruz

Matrícula: 246679

Responsável pela elaboração do Termo de Referência: Anderson Freitas de Magalhães

Matrícula: 129252

23. DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

23.1. Atesto para os devidos fins que dispomos de capacidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas desta contratação.

Diretor de Administração Sistêmica: Paulo Henrique Lima Marques

Matrícula: 127001

24. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO

- 24.1. Estudo Técnico Preliminar e Gestão de Risco;
- 24.2. Material Probatório da Pesquisa de Preços;
- 24.3. Mapa Comparativo de Preços;
- 24.4. Informação Técnica do Mapa Comparativo;
- 24.5. Análise Crítica do Mapa Comparativo.

25. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

25.1. Finalizado a presente peça técnica, em disposições com as normas vigentes, submete-se à apreciação da Autoridade Competente para sua deliberação.

